

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

| ID da proposta | Processo | Atividade / Procedimento |
|---|------------|-----------------------------|
| PR/2024/4903 | 11799/2024 | Proposta à Câmara Municipal |
| Unidade Administrativa | | |
| DOM - UAC [ENTRADAS] | | |
| Propósito | | |
| Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal | | |
| Órgão/Cargo que resolve | | |
| Câmara Municipal de Braga | | |

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

Órgão competente para a decisão de contratar do Município de Braga: **Câmara Municipal de Braga.**

CONCURSO PÚBLICO PARA A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE CONCEÇÃO, ELABORAÇÃO DO PROJETO E EXECUÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DESTINADO AO ALOJAMENTO DE ESTUDANTES PARA O ENSINO SUPERIOR

Procedimento:

CPE.01.23.DMOSM_Empreitada “RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA”.

Assunto: APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO (PONTO 2 DO ARTIGO 3.º E ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ARTIGO 13º).

No âmbito da empreitada supramencionada e na sequência da receção da proposta, em anexo, apresentada pela entidade adjudicatária CASAIS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A, para alteração da minuta do contrato, procedeu-se às seguintes alterações:

1 - Alteração da redação do n.º 2 do artigo 3º da minuta do contrato, em correspondência com a redação prevista na cláusula 15ª do Caderno de Encargos:



“Pelo facto de estarmos perante um contrato celebrado no regime especial de conceção-construção, o Empreiteiro reconhece que o preço contratual determinado no número anterior não poderá ser alterado, assumindo, nomeadamente, para o efeito, a responsabilidade por quaisquer erros e/ou omissões detetados, nos termos do disposto na cláusula 15.º do Caderno de Encargos.”

2 - “Acrescentou-se ao email casais@casais.pt, os emails carlos.fernandes@casais.pt, e nuno.fernandes@casais.pt.”

Assim, **submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 28/11/2024**, que aprovou a alteração da minuta do contrato, que se anexa, nomeadamente a alteração da redação dos artigos supramencionados, em conformidade com a redação proposta pela entidade adjudicatária.

Em anexo:

- Aprovação da alteração da Minuta do contrato;
- Proposta_Alterações_Minuta_CAS AIS.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



| | | |
|--|---|---|
| DELIBERAÇÃO: | | |
| <p>Remeta-se à Sr.^a Diretora.</p> <p><i>C. Silva</i></p> <p>O Diretor do DOM,</p> | <p>Remeta-se ao Sr. Presidente.</p> <p><i>Comando</i></p> <p>A Diretora da DMOSM,</p> | <p>Despacho:</p> <p><i>Aprovo, pelo relatório de autos anexo</i></p> <p>O Presidente,</p> |

Órgão competente para a decisão de contratar do Município de Braga: Câmara Municipal de Braga.

CONCURSO PÚBLICO PARA A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE CONCEÇÃO, ELABORAÇÃO DO PROJETO E EXECUÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DESTINADO AO ALOJAMENTO DE ESTUDANTES PARA O ENSINO SUPERIOR

Procedimento:

CPE.01.23.DMOSM_Empreitada "RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA".

Assunto: APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO (PONTO 2 DO ARTIGO 3.º E ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ARTIGO 13º).

No âmbito da empreitada supramencionada e na sequência da receção da proposta apresentada pela entidade adjudicatária CASAIS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A, para alteração da minuta do contrato, em que foram propostas as seguintes alterações:

1 - Alteração da redação do n.º 2 do artigo 3º do Contrato, em correspondência com a redação prevista na cláusula 15ª do Caderno de Encargos:

"Pelo facto de estarmos perante um contrato celebrado no regime especial de conceção-construção, o Empreiteiro reconhece que o preço contratual determinado no número anterior não poderá ser alterado, assumindo, nomeadamente, para o efeito, a



responsabilidade por quaisquer erros e/ou omissões detetados, nos termos do disposto na cláusula 15.º do Caderno de Encargos.”

2 - Alteração da redação do n.º 2 do artigo 3º do Contrato, em correspondência com a redação prevista na cláusula 15ª do Caderno de Encargos:

“Acrescentar ao email casais@casais.pt, os emails carlos.fernandes@casais.pt, e nuno.fernandes@casais.pt.”

Propõe-se a aprovação da alteração da minuta do contrato, que se anexa, nomeadamente a alteração da redação dos artigos supramencionados, em conformidade com a redação proposta pela entidade adjudicatária.

28 de novembro de 2024,

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

Em anexo:

- Minuta do contrato;
- Proposta de alteração da minuta do contrato.



MINUTA DO CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.01.23.DMOSM**“RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA”****Conceção, Elaboração do Projeto e Execução em Obra de um
Equipamento destinado ao Alojamento de Estudantes para o Ensino Superior**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «Dono da Obra»; _____

E

Segunda: CASAIS – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., com sede Na Rua do Anjo, n.º 27, freguesia de Mire de Tibães, concelho de Braga, 4700-565 Braga, pessoa coletiva n.º 500023875, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de euros), aqui representada por **António Carlos Fernandes Rodrigues**, na qualidade de administrador, com poderes para obrigar, conforme Certidão Permanente, com o código de acesso: 7478-3805-0314, e ata n.º 151 da deliberação do Concelho de Administração, de 8 de julho de 2023, doravante identificada por «Empreiteiro». _____

Considerando que: _____

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 9 de janeiro de 2023, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.01.23.DMOSM**, ao abrigo do disposto no artigo 19.º, alínea a); artigo 36.º, n.º 1; artigo 38.º; artigo 43.º; n.º 3 e artigos 130.º a 148.º, todos do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor; _____
- b) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal, de 27 de maio de 2024, o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a *conceção, a elaboração do projeto e a execução em obra de um equipamento destinado ao alojamento de estudantes para o ensino superior, designado “Residência Universitária Confiança”*, objeto



- do referenciado procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a *minuta* do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;_____
- c) A **Residência Universitária Confiança**, será constituída por *dois edifícios*, sendo um designado como **Edifício 1 (Antigo)**, correspondente à reabilitação e restauro do Imóvel Classificado como Monumento de Interesse Público (Portaria n.º 611/2020, D.R. 2.ª série de 19/10), da "*Saboaria e Perfumaria Confiança*", e outro designado como **Edifício 2 (Novo)**, correspondente à reconstrução e ampliação, situado no terreno sobrance a norte do edifício fabril existente, em conformidade com o definido no programa do concurso, no caderno de encargos do procedimento e na proposta apresentada pela adjudicatária._____
- d) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07010307, de acordo com a informação de cabimento n.º 76096 emitido em 11/04/2023, e a informação de compromisso n.º 112958, emitido em 22/05/2024, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da referida informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 15 de dezembro de 2023._____
- e) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;_____
- f) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos;_____

_____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____1. O presente contrato tem por objeto a **Conceção, Elaboração do Projeto de Execução e a Execução da Empreitada "RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, designadamente programa preliminar e seus anexos, caderno de encargos, programa do concurso, esclarecimentos e retificações relativas ao caderno de encargos e esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário, em conformidade com o disposto n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos._____



____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão nos termos e condições constantes da proposta do Empreiteiro, devidamente conformada com os suprimentos identificados, bem como da resposta dada pelo mesmo ao pedido de esclarecimentos, datada de 24/04/2024, e respetivo Parecer Prévio (Inf. n.º: S-2023/62870_C.S:1717851_N.º Proc: DRP-DS/2003/03-03/11121/PPA/12847_C.S:262849), emitido em 29/11/2023 pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), tudo em harmonia com o caderno de encargos do procedimento. _____

____3. O Empreiteiro deverá, ainda, conformar os suprimentos identificados em fase de análise das propostas, e comunicados em sede de relatório preliminar, comprometendo-se em efetuar o devido suprimento, de forma integral e sem reservas, em sede de projeto de execução e, consequentemente, a sua execução em obra. _____

____4. Em caso algum, a conformação destes suprimentos com o Parecer emitido ou com os normativos legais e procedimentais exigidos, quer em fase de projeto de execução, quer na fase de execução da obra, representará o pagamento de qualquer valor adicional pelo Dono da Obra em relação ao preço determinado no artigo 3.º. _____

Artigo 2.º **(Local da obra)**

____Os trabalhos de empreitada serão executados no prédio urbano sito na Rua Nova de Santa Cruz, **freguesia de S. Victor, Braga**, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). _____

Artigo 3.º **(Preço contratual)**

____1.O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é de **€ 25.494.102,46 (VINTE E CINCO MILHÕES, QUATROCENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, CENTO E DOIS EUROS E QUARENTA E SEIS CÊNTIMOS)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, nos termos seguintes:

____a) – Pela **conceção e elaboração do projeto de execução**, o preço contratual é de **€ 200.000,00 (duzentos mil euros)**, a que acresce o IVA. _____

____b) – Pela **execução da obra**, o preço contratual é de **€ 25.294.102,46 (vinte e cinco milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e dois euros e quarenta e seis cêntimos)**, a que acresce o IVA. _____

____2. Pelo facto de estarmos perante um contrato celebrado no regime especial de conceção-construção, o Empreiteiro reconhece que o preço contratual determinado no número anterior não poderá ser alterado, assumindo, nomeadamente, para o



efeito, a responsabilidade por quaisquer erros e/ou omissões detetados, nos termos do disposto na cláusula 15.º do Caderno de Encargos. _____

Artigo 4.º

(Condições de pagamento)

____ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. _____

____ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas. _____

Artigo 5.º

(Revisão de preços)

____ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula. _____

____ 2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F01-Edifícios de habitação**. _____

____ 3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. _____

____ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. _____

Artigo 6.º

(Prazo para elaboração do projeto e execução da empreitada)

____ O prazo global de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **400 (quatrocentos) dias**, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*, nos termos seguintes: _____

____ a) – Pela **elaboração do projeto** o prazo é de **39 (trinta e nove) dias**, nos termos previstos na cláusula 11.º do Caderno de encargos; _____

____ b) – Pela **execução da empreitada** o prazo é de **361 (trezentos e sessenta e um) dias**, nos termos previstos na cláusula 20.º do Caderno de encargos. _____

Artigo 7.º

(Cessão da posição contratual)

____ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos*



Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido *Código*._____

____2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

____3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

____4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida._____

____5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido *Código*._____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 10.º

(Caução)

____1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €1.274.705,12 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, setecentos e cinco euros e doze cêntimos) correspondente a 5% do preço



contratual, mediante Seguro Caução, apólice n.º 100025174/200, emitida em 05/06/2024, pela entidade Seguradora COSEC_Companhia de Seguro de Crédito, S.A, com sede na Avenida da Liberdade 249, 6.º piso, 1250-143 Lisboa, arquivada no respetivo processo._____

____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

____1. O dono da obra designa **Frederico Faia de Carvalho Dias**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **frederico.dias@cm-braga.pt**_____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **casais@casais.pt;**_____

Carlos.fernandes@casais.pt; nuno.fernandes@casais.pt_____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido._____



____5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte._____

Artigo 14.º**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____



_____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

_____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

_____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

_____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

_____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

_____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

_____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º **(Invalidade parcial)**

_____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____



Artigo 16.º
(Foro competente)

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. _____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. _____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. _____

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. _____

Artigo 19.º

____O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura. _____

____por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão assinar o presente contrato, elaborado em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes. _____

Braga, ____ de novembro de 2024

Pelo Dono da Obra,

Pelo Empreiteiro,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

(António Carlos Fernandes Rodrigues)





MUNICÍPIO DE BRAGA

Conceção, Elaboração do Projeto de Execução e a Execução da Empreitada "RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA"

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES À MINUTA DO CONTRATO

CASAIS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A. sociedade comercial anónima, com número único de pessoa coletiva e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Braga 500023875, com sede na rua do Anjo, n.º 27 - Mire de Tibães, 4700-565 Braga, titular do alvará de empreiteiro de obras públicas n.º 1237-PUB com o capital social de 25.000.000,00€ (vinte e cinco milhões de euros), vem por este meio apresentar a seguinte proposta de alterações à Minuta do Contrato:

- A redação do n.º 2 do artigo 3º do Contrato deve ser alterada para corresponder à redação prevista na cláusula 15ª do Caderno de Encargos:
 - *"2. Pelo facto de estarmos perante um contrato celebrado no regime especial de conceção-construção, o Empreiteiro reconhece que o preço contratual determinado no número anterior não poderá ser alterado, assumindo, nomeadamente, para o efeito, **total a** responsabilidade por quaisquer erros e/ou omissões detetados, ~~por qualquer uma das partes,~~ **nos termos do disposto na cláusula 15ª do Caderno de Encargos.** ~~em fase pré-contratual e/ou na subsequente fase de execução dos trabalhos.~~"*
- Na alínea b) do n.º 2 do artigo 13º do Contrato acrescentar ao email casais@casais.pt os emails

Braga, 06 de junho de 2024

